



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141475 - RJ (2021/0013599-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : ANDREW TRAVASSOS GALINDO (PRESO)
ADVOGADO : MARCIO BORGES DA SILVA CASTELLÕES - RJ189105
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CORRÉU : ANDERSON ANDRE SACHINSKI
CORRÉU : ANDRE COSTA BASTOS
CORRÉU : ADRIANO COSTA BASTOS
CORRÉU : JORGE RODRIGO RODRIGUES MARTINS
CORRÉU : PEDRO EDUARDO RODRIGUES MARTINS
CORRÉU : LUIS RAFAEL SILVA DE ALMEIDA
CORRÉU : BRUNO CESAR DA SILVA DE JESUS
CORRÉU : ALEXSANDRO DA SILVA
CORRÉU : UALLACE DE OLIVEIRA LIMA
CORRÉU : ANDREW TRAVASSOS GALINDO
CORRÉU : VANDERLEY APARECIDO RODRIGUES DA SILVA
CORRÉU : RAMÃO CASTELLO
CORRÉU : GLAUCIO GOMES MARTINS
CORRÉU : MARCIANO FERREIRA GUSMÃO
CORRÉU : CLEVERSON NEVES PESSOA
CORRÉU : BRUNO INACIO RODRIGUES
CORRÉU : GABRIEL DUARTE CARDOSO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANDREW TRAVASSOS GALINDO contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (HC n. 5013266-73.2020.4.02.0000/RJ).

O recorrente foi preso preventivamente por supostamente integrar organização criminosa composta por policiais militares e ex-policiais militares do Rio de Janeiro, que seria responsável por trazer grandes carregamentos de armas, drogas e munições adquiridas de cidades brasileiras fronteiriças com o Paraguai e a Argentina, principalmente Foz do Iguaçu (PR) e Mundo Novo (MS), para abastecer comunidades dominadas por facções criminosas.

Sustenta que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea, não tendo demonstrado, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não haveria contemporaneidade entre a segregação antecipada e os fatos que lhe foram imputados, que teriam ocorrido no ano de 2017.

Alega que seus predicados pessoais lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Argumenta que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação de sua prisão preventiva, mediante a aplicação das medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do recorrente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 569-573):

No caso em exame, não há qualquer ilegalidade a ser sanada, porquanto a prisão preventiva do paciente Andrew Travassos Galindo se faz necessária para garantir a ordem pública e a instrução criminal (artigo 312 do Código de Processo Penal), como bem fundamentado na decisão atacada (Evento 25, DEC2) Com efeito, são consideráveis os riscos que a liberdade do paciente pode trazer à ordem pública e à instrução criminal, levando-se em consideração não só a gravidade concreta dos crimes apurados nos autos de nº 5057268-54.2020.4.02.5101, mas também pelo fato de o paciente manter-se em local incerto e não sabido, desde 12/09/2019, quando foi então decretada sua prisão preventiva pela Justiça Estadual.

Lendo a exordial (Evento 1, Inic1 dos autos originais), verifica-se que está sendo apurada a atuação de uma organização criminosa, composta por policiais militares e ex-policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, e também por milicianos, a qual seria responsável por trazer grandes carregamentos de armas, drogas e munições, adquiridas de cidades brasileiras fronteiriças com o Paraguai e a Argentina, principalmente Foz do Iguaçu/PR e Mundo Novo/MS, para abastecer comunidades do Rio de Janeiro dominadas por facções criminosas.

Ao que tudo indica, o grupo era bem estruturado e, para transportar o material da fronteira até a cidade do Rio de Janeiro utilizava carros alugados, e contava com batedores nas estradas para informar a presença de eventuais barreiras policiais nas estradas, o que não impediu que, ao menos, três grandes carregamentos de munições fossem apreendidos devido à inteligência policial, no que contou, em parte, com a colaboração de um dos investigados, de nome José Bezerra.

Este colaborador José Bezerra, aparentemente, seria um dos motoristas da organização criminosa e, no dia 16/05/2017 foi flagrado transportando 19.000 (dezenove mil) munições de calibre 9 mm e 0.40 (uso restrito à época dos fatos) na Rodovia Presidente Dutra, o que afirmou o colaborador ter feito para saldar dívidas de empréstimos que tinha com alguns milicianos integrantes da organização.

Há indícios de que a participação do paciente Andrew

Travassos Galindo seria também de relevante importância para a organização criminosa, pois, segundo o colaborador José Bezerra, Andrew cuidava do envio de munições para favelas dominadas pela facção criminosa ADA (Amigo dos Amigos). Em reforço, informações de GPS indicam que o veículo utilizado pelo colaborador José Bezerra, para trazer as 19.000 (dezenove mil) munições no dia 16/05/2017, teria ficado estacionado próximo à residência do paciente Andrew, dias antes do deslocamento a Foz do Iguaçu/PR.

Também há de se considerar que banners de eventos festivos, postados pelo paciente em sua mídia social (autos de nº 5057268-54.2020.4.02.5101, anexo 4, folha 60) também sugerem que ele mantinha laços com outros integrantes da organização criminosa, fazendo, inclusive, uso de número de telefone de outros investigados para contatos.

Ainda, é possível verificar que há algumas trocas de mensagens (5057268-54.2020.4.02.5101, anexo 3, folha 93), em que alguns integrantes externaram intenção de assassinar alguns de seus comparsas, além de falarem da lucratividade que a venda de cocaína poderia trazer.

Registre-se que a realização de diligências para desbaratar o esquema criminoso também resultou na apreensão de drogas, armas e munições em poder dos investigados.

Tal quadro é extremamente grave e levando-se em conta os indícios concretos da relação do paciente Andrew Travassos Galindo com os fatos apurados, e também as informações iniciais de que ele seria responsável por fazer com que o material bélico e entorpecente chegasse até as comunidades dominadas por facções criminosas, impõe-se manter a a decretação da prisão preventiva para garantir a ordem pública.

Tampouco há que se falar em ausência de contemporaneidade, eis que o paciente encontra-se foragido desde 12/09/2019 e, até a presente data, não manifestou intenção em se apresentar ao Juízo, muito embora tenha constituído advogado para defendê-lo nos autos.

Aliás, a decisão atacada deixou claro que a maior parte dos investigados encontra-se foragida da justiça desde a deflagração da operação policial no ano de 2019 e, mesmo aqueles que foram presos e posteriormente tiveram concedida a liberdade provisória, hoje também não são mais encontrados, razão pela qual corretamente concluiu que:

Os fundamentos jurídicos para a decretação da custódia foram muito bem consignados e permanecem válidos até o momento, eis que não houve alteração do quadro fático- probatório, não tendo as

nobres defesas trazido aos autos nenhum elemento capaz de afastar os motivos ensejadores da medida decretada, subsistindo o periculum libertatis.

Registre-se que há nos autos constatações concretas de que os réus mantinham contatos e negociações espúrias nas regiões de fronteira do Brasil, podendo-se concluir que possuem acesso fácil a rotas clandestinas de entrada e saída do país, o que denota a possibilidade atual de facilitação de eventual fuga caso sejam soltos, furtando-se à aplicação da lei penal.

Concluo, portanto, que a necessidade da manutenção da segregação provisória dos réus se faz presente, neste momento, com o intuito de se preservar a ordem pública e impedir a forte possibilidade de reiteração delitiva, somados ainda à necessidade de maiores esclarecimentos sobre as circunstâncias em que os crimes ocorreram e o suposto envolvimento dos acusados com a ORCRIM, os quais ocorrerão com o desenvolvimento da instrução criminal.

Com base nestes elementos concretos, entendo que neste momento não há nos autos nada que indique que o decreto de medidas cautelares diversas da prisão sejam suficientes à cessar o risco à ordem pública, à instrução do processo, e à aplicação da lei penal.

Nesse contexto, justificada a necessidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública e a aplicação da lei penal, verifica-se a inaplicabilidade de quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, uma vez que as circunstâncias do delito evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas.

Por fim, as condições pessoais do agente, como por exemplo a primariedade, o exercício de atividade lícita, não impedem a decretação da segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais, como ocorre no caso dos autos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência